CÂMARA DOS DEPUTADOS

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Legislativo
Atribuição Contador

Nº de Inscrição
MODELO

Caderno de Prova, Cargo X23, Tipo 001
0000000000000000

00001-0001-001

PROVA 1 - OBJETIVA

Primeira Parte
Segunda Parte

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 85 questões, numeradas de 1 a 85.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:
- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO
- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2007

PROVA 1 – OBJETIVA

1ª PARTE – LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto que segue.

Da incoerência de nossas ações

Não é de espantar, diz um autor antigo, que o acaso tenha tanta força sobre nós, pois por causa dele é que existimos. Quem não orientou sua vida, de um modo geral, em determinado sentido, não pode tampouco dirigir suas ações. Não tendo tido nunca uma linha de conduta, não lhe será possível coordenar e ligar uns aos outros os atos de sua existência. De que serve fazer provisões de tintas se não se sabe que pintar? Ninguém determina do princípio ao fim o caminho que pretende seguir na vida: só nos decidimos por trechos, na medida em que vamos avançando. O arqueiro precisa antes escolher o alvo; só então prepara o arco e a flecha e executa os movimentos necessários; nossas resoluções se perdem porque não temos um objetivo predeterminado. O vento nunca é favorável a quem não tem um porto de chegada previsto. (...)

Nossa maneira habitual de fazer as coisas está em seguir os nossos impulsos instintivos para a direita ou para a esquerda, para cima ou para baixo, segundo as circunstâncias. Só pensamos no que queremos no próprio instante em que o queremos, e mudamos de vontade como muda de cor o camaleão. O que nos propomos em dado momento, mudamos em seguida e voltamos atrás, e tudo não passa de oscilação e inconstância. "Somos conduzidos como títeres que um fio manobra", afirmou Horácio. Não vamos, somos levados como os objetos que flutuam, ora devagar, ora com violência, segundo o vento.

(Montaigne, **Ensaios**)

1. Nossas ações são incoerentes, segundo Montaigne,

(A) porque somos produtos do acaso, que impede a constância de nossa vontade.

(B) porque procedemos como o arqueiro que só se apresta ao tiro depois de se decidir quanto ao alvo.

(C) quando procedemos como o pintor que se provê de tintas sem ter ciência do que irá pintar.

(D) quando nos afastamos de uma linha de conduta porque decidimos por outra, que nos permite avançar.

(E) quando reagimos à força do acaso, buscando ventos que favoreçam nossa chegada a um bom porto.

2. Considere as seguintes afirmações:

I. Esse texto não deve ser considerado dissertativo, pois autor se vale de figuras como *o arqueiro, o pintor*, *o vento*, que não representam nem sugerem conceitos.

II. Quando não nos decidimos por um claro estabelecimento de metas, ficamos à mercê dos nossos impulsos instintivos e da força das circunstâncias aleatórias.

III. A frase de Horácio citada no texto aplica-se ao caso de quem se decide *por trechos*, na medida em que vai avançando na vida.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) II, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão ou frase do texto em:

(A) *Quem não orientou sua vida (...) em determinado sentido* = quem se deixa levar por uma significação da vida pré-estabelecida.

(B) *ligar uns aos outros os atos de sua existência* = estabelecer uma relação pessoal com cada ação empreendida.

(C) *na medida em que vamos avançando* = conquanto se imponha que avancemos.

(D) *nos decidimos por trechos* = nossas decisões são paulatinas.

(E) *seguir os nossos impulsos instintivos* = direcionar a força dos nossos instintos.

4. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

(A) Não ..... (**dever**) espantar os leitores que as convicções de um autor antigo estabeleçam que o homem é um produto do acaso.

(B) A ninguém se ..... (**oferecer**) tantas oportunidades quanto àqueles que sabem orientar-se na vida.

(C) Aos movimentos necessários de um arqueiro ..... (**corresponder**) a preparação daqueles que já escolheram suas metas.

(D) Se tudo o que nos ..... (**restar**) fossem nossos instintos, não teríamos como administrar nossas decisões.

(E) Quando se ..... (**deixar**) marcar pela oscilação e pela inconstância a trajetória de nossas vidas, não chegamos a bom porto.

---

5. "*Somos conduzidos como títeres que um fio manobra*."

Uma nova e correta redação da frase acima, que preserve o sentido original, está em:

(A) Tal como os títeres que um fio manobra, assim somos conduzidos.

(B) Somos títeres, tal como os conduzem o fio que os manobra.

(C) Semelhantes a títeres, conduzem-nos o fio que os manobra.

(D) Da mesma forma que se conduz os títeres, assim um fio nos manobra.

(E) Assim como aos títeres se manobram, assim um fio nos conduz.

---

6. Atente para estas duas frases:

O arqueiro precisa antes escolher o alvo.

O arqueiro determina antes a escolha do alvo.

É correto afirmar, em relação a essas frases, que

(A) a palavra ***alvo*** tem idêntica função sintática em ambas.

(B) em uma delas ocorre o emprego da voz passiva.

(C) ***o alvo*** e ***a escolha do alvo*** são complementos verbais.

(D) ambas são períodos compostos.

(E) a palavra ***antes*** não exerce em ambas a mesma função sintática.

7. O emprego e a grafia de todas as palavras estão corretos na frase:

(A) Aquele que não descriminar bem suas metas sucumbirá aos tropeços nas pedras de que o acaso tão caprichosamente provém nosso caminho.

(B) Se não nos atermos com firmeza às nossas próprias convicções, baudados serão os esforços que fizermos para chegarmos a um bom porto.

(C) As ocorrências fortuítas que nos prejudicam são preferíveis do que aquelas que, por responsabilidade nossa, nos fazem sofrer.

(D) Sentimos como algo inóquo o eventual sucesso de que desfrutamos sem que a ele tenhamos feito juz por nossos próprios méritos.

(E) Ninguém deve proclamar-se infenso à força do estino, pois este constitui um inextricável processo que desafia o nosso arbítrio.

---

8. As palavras *arco* e *arqueiro*

(A) têm o mesmo radical, mas não constituem um exemplo de derivação.

(B) têm a mesma desinência, mas não o mesmo radical.

(C) têm o mesmo prefixo, mas não a mesma desinência.

(D) exemplificam um caso de derivação, sendo a primeira palavra a primitiva.

(E) constituem um exemplo de composição por justaposição.

---

9. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

(A) No texto, a expressão *porto de chegada*, constitui uma das alegorias, de que se valeu Montaigne, para emprestar mais vivacidade às suas reflexões.

(B) Há uma grande diferença, lembra-nos Montaigne, entre ir e ser levado: no primeiro caso, o indivíduo é ativo, no segundo, passivo.

(C) Montaigne, como é de hábito, nos seus ensaios, recorreu a um filósofo clássico, no caso Horácio; a fim de dar força à sua linha de argumentação.

(D) Quando há incoerência, em nossas ações, a culpa não deve ser imputada ao acaso mas sim, à falta de clareza, na determinação de nossas metas.

(E) Um dos momentos mais interessantes desse texto, é aquele que valoriza a necessária segmentação do nosso caminho, em trechos bem determinados.

LÍNGUA INGLESA

Instruções: Para responder às questões de números 10 e 11, leia o texto abaixo.

Professional-Client Relationships: Rethinking Confidentiality, Harm, and Journalists' Public Health Duties by Renita Coleman, Louisiana State University; Thomas May, Medical College of Wisconsin

Journalists seldom consider the layers of those affected by their actions; third parties such as families, children, and even people unlucky enough to be in the wrong place at the wrong time. This paper argues for consideration of the broader group, considering a range of options available for doing their duty to inform the public while also minimizing harm to others. Journalists might compare themselves with other professions that have similar roles; anthropologists, for one on such issues as confidentiality and disclosure. A broader lesson is the value of applying different views, theoretical frameworks, and starting points to the ethical issues in any profession.

(**Journal of Mass Media Ethics**, 2002: volume 17.2 Special Issue: Codes of Ethics)

10. No texto, *the broader group* refere-se a

(A) the anthropologists.

(B) the public.

(C) journalists in general.

(D) third parties.

(E) other professions.

11. Infere-se do resumo do artigo que

(A) qualquer relação entre o exercício da profissão de jornalista e a saúde pública é inaceitável.

(B) o respeito à confidencialidade de suas fontes é o princípio maior que deve reger a ética do jornalista.

(C) o jornalista deve levar em conta o lado humano ao cumprir o dever de informar o público.

(D) mesmo um jornalista responsável acabará, inevitavelmente, afetando a saúde de pessoas não envolvidas no evento que estiver cobrindo.

(E) jornalistas e antropólogos só têm em comum o fato de trabalharem diretamente com o público.

Instruções: Para responder às questões de números 12 e 13, leia o texto abaixo.

E-9.025 Patient Advocacy for Change in Law and Policy

Physicians may participate in individual acts, grassroots activities, or legally permissible collective action to advocate for change, as provided for in the AMA's Principles of Medical Ethics. Whenever engaging in advocacy efforts, physicians ……12 *ensure that the health of patients is not jeopardized and that patient care is not compromised.*

Formal unionization of physicians, and including physicians-in-training, may tie physicians' obligations to the interests of workers who may not share physicians' primary and overriding commitment to patients and the public health. Physicians should not form workplace alliances with those who do not share these ethical priorities.

Strikes and other collective action may reduce access to care, eliminate or delay necessary care, and interfere with continuity of care. Each of these consequences raises ethical concerns. Physicians should refrain from the use of the strike as a bargaining tactic. In rare circumstances, individual or grassroots actions, such as brief limitations of personal availability, may be appropriate as a means of calling attention to needed changes in patient care. Physicians are cautioned that some actions may put them or their organizations at risk of violating antitrust laws. Consultation with legal counsel is advised.

Physicians and physicians-in-training should press for needed reforms through the use of informational campaigns, non-disruptive public demonstrations, lobbying and publicity campaigns, and collective negotiation, or other options that do not jeopardize the health of patients or compromise patient care.

(Adapted from htpp://www.ama-assn.org/ama1/pub/upload/mm/38/a-05ceja.pdf)

12. A palavra que preenche a lacuna corretamente é

(A) can.

(B) must.

(C) may.

(D) might.

(E) could.

13. Um sinônimo para *not jeopardized*, no texto, é

(A) not put at risk.

(B) not delayed.

(C) limited.

(D) destroyed.

(E) reduced.

LÍNGUA ESPANHOLA

Instruções: Para responder às questões de números 14 a 17, utilize o texto abaixo.

El primer concepto de Constitución tuvo lugar en Europa. Allí, pese a darse la primera Constitución en Francia en 1791, como consecuencia directa de la Revolución Francesa, razones políticas de peso llevaron a restarle fuerza jurídica, pues no se la concebía como obligatoria para los órganos del Estado. Por parte de los gobernantes, en general formas de gobierno monárquicas, su violación no se calificaba como antijurídica. Inglaterra, cuna del constitucionalismo, nunca tuvo Constitución escrita y su legitimación se apoya sobre la soberanía del Parlamento y no en la sumisión de éste a normas jurídicas explicitadas en un texto constitucional. A pesar de fallidos intentos de controlar el Parlamento, debemos conceder que éste se autorregula con estricto respeto por el contenido de las leyes que dicta.

(…) Esta concepción se debilita después de la Primera Guerra Mundial. Tras la Segunda Guerra los Estados Europeos adoptaron, en general, una jurisdicción constitucional que centraliza el control de constitucionalidad de las leyes mediante las Cortes o Consejos constitucionales.

(…) El otro concepto de Constitución nació en los Estados Unidos de Norteamérica. Allí, desde el dictado de la Constitución de 1787, puesta en vigor en 1789, se considera a la Constitución como derecho supremo. Las normas que la integran obligan a los gobernantes a sujetarse a ellas, y son las que les otorgan competencias y a la vez las limitan. Ese concepto de Constitución está sintetizado en lo dicho por el Juez Marshall: "Los poderes del legislativo son definitivos y limitados y para que tales límites no se confundan u olviden se ha escrito la Constitución".

(…) Este concepto de Constitución es el que logró aceptación general; la norma constitucional devino norma jurídica obligatoria para garantizar los derechos, deberes y poderes que mediante ella se aseguran y organizan.

Adaptado de Leonardi de Herbón, H. (2004). "Introducción". In: *Constitución de la Nación Argentina*. Buenos Aires, Eudeba, pp. 20-23.

14. Marque a alternativa em que o fragmento "tras la Segunda Guerra", sublinhado na segunda linha do segundo parágrafo, está corretamente traduzido ao português.

(A) Apesar da Segunda Guerra

(B) Por tras da Segunda Guerra

(C) Durante a Segunda Guerra

(D) Atrás da Segunda Guerra

(E) Depois da Segunda Guerra

15. Marque a alternativa que contém uma correta interpretação para algo que se diz no primeiro parágrafo do texto.

(A) A Inglaterra se apóia na soberania do parlamento para escrever sua Constituição.

(B) As normas jurídicas de seu texto constitucional prejudicam a soberania do parlamento inglês.

(C) A submissão do texto constitucional às normas jurídicas legitima a Constituição da Inglaterra.

(D) O parlamento inglês não se submete às normas jurídicas explicitadas em um texto constitucional.

(E) A Inglaterra é o único país do planeta que não possui uma Constituição escrita.

16. Marque a alternativa que interpreta corretamente o fragmento sublinhado no terceiro parágrafo.

(A) Os governantes dos Estados Unidos são obrigados, de acordo com a Constituição, a outorgarem e limitarem a competência de suas normas.

(B) A Constituição dos Estados Unidos obriga seus governantes a sujeitarem-se a suas competências e limitações.

(C) As normas que integram a Constituição norte-americana sujeitam os governantes, outorgam-lhes competências e, ao mesmo tempo, limitam-nas.

(D) As competências e limitações da Constituição dos Estados Unidos integram as obrigações de seus governantes.

(E) Os governantes norte-americanos submetem as normas que integram a Constituição de seu país a suas competências e limitações.

17. Marque a alternativa que contém um possível título, escrito em espanhol, para o texto:

(A) Francia, Inglaterra y Estados Unidos: tres diferentes modelos de Constitución.

(B) Ascensión y caída de los conceptos de Constitución.

(C) Modelos constitucionales de Europa y América después de la Segunda Guerra.

(D) Revolución Francesa y Segunda Guerra: marcos para los modelos de las Constituciones de Francia, Inglaterra y Estados Unidos.

(E) Dos conceptos de Constitución: el francés y el estadounidense.

LEGISLAÇÃO

18. Nas Sessões Públicas, o Deputado poderá falar no Grande Expediente

(A) no máximo três vezes por semestre.

(B) em todas as sessões.

(C) no máximo três vezes por mês.

(D) no máximo uma vez por mês

(E) no máximo cinco vezes por semestre

19. Uma vez arquivada a proposição porque finda a legislatura, ela

(A) não poderá ser desarquivada.

(B) poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, ou autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subseqüente.

(C) poderá ser desarquivada a qualquer tempo porque se trata de nova legislatura.

(D) poderá ser desarquivada mediante requerimento de qualquer Deputado, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subseqüente.

(E) poderá ser desarquivada a requerimento de qualquer Deputado no prazo de um ano do início da nova legislatura.

20. Como forma de participação da sociedade civil no processo legislativo o Regimento Interno prevê a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Esse projeto, entretanto, deve ser subscrito por, no mínimo:

(A) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.

(B) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.

(C) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por dez Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.

(D) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por doze Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.

(E) metade do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por vinte Estados, com não menos de um milésimo dos eleitores de cada um deles.

21. A Câmara somente apreciará proposta de Emenda à Constituição de iniciativa dos Deputados Federais, observadas as limitações constitucionais, quando subscrita por, no mínimo,

(A) dois terços dos Deputados.

(B) metade dos Deputados.

(C) um terço dos Deputados.

(D) um quinto dos Deputados

(E) um quarto dos Deputados.

22. Compete privativamente, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o vice-presidente da República:

(A) ao Senado Federal.
(B) à Câmara dos Deputados.
(C) ao Conselho Nacional de Justiça.
(D) ao Supremo Tribunal Federal.
(E) ao Superior Tribunal de Justiça.

23. Em uma eleição Nacional estão abertos os cargos de Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, sem prejuízo dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. Jorge conta com vinte e nove anos idade e poderá se candidatar no pleito, optando dentre os seguintes cargos:

(A) Deputado Estadual e Deputado Federal.

(B) Deputado Estadual e Senador.

(C) Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal.

(D) Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador.

(E) Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Vice-Presidente.

24. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

(A) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(B) aprovar, previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de Presidente e Diretores do Banco Central.

(C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(E) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

25. A competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual é

(A) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.

(B) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

(D) privativa da União.

(E) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

26. A eleição da mesa para o primeiro biênio de cada legislatura far-se-á

(A) antes de qualquer sessão, preparatória ou legislativa.

(B) na primeira sessão legislativa.

(C) na última sessão legislativa da legislatura anterior.

(D) na primeira sessão preparatória da primeira sessão legislativa.

(E) na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa.

27. A competência de cada membro da Mesa é fixada

(A) em Decreto Legislativo.

(B) expressamente, em capítulo específico do Regimento Interno.

(C) na Constituição Federal.

(D) em Lei Complementar que trata da organização da Câmara dos Deputados.

(E) por ato da própria Mesa que deverá ser publicado dentro de trinta sessões após a sua constituição.

28. O Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados passará o exercício da Presidência para o Primeiro-Vice-Presidente ou, na ausência deste, ao Segundo-Vice-Presidente, quando tiver que se ausentar da Capital Federal por mais de

(A) doze horas.

(B) vinte e quatro horas.

(C) dezesseis horas.

(D) quarenta e oito horas.

(E) trinta horas.

29. Como forma de participação da sociedade civil no processo legislativo o Regimento Interno prevê a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Esse projeto, entretanto, deve ser subscrito por, no mínimo:

(A) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.

(B) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.

(C) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por dez Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.

(D) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por doze Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.

(E) metade do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por vinte Estados, com não menos de um milésimo dos eleitores de cada um deles.

INFORMÁTICA

30. Um endereço IP, na versão 4, será de classe A se contiver no primeiro octeto qualquer valor decimal no intervalo de

(A) 0 a 255

(B) 0 a 127

(C) 1 a 256

(D) 1 a 128

(E) 1 a 126

31. Os conteúdos de áudio no formato MP3 transmitidos na Internet por meio de *feeds* são denominados

(A) *audiocast.*

(B) *podcasting*.

(C) *audioblog*.

(D) *iPod*.

(E) *iTunes*.

32. Um certificado digital é

I. um arquivo eletrônico que contém a identificação de uma pessoa ou instituição.

II. equivalente ao RG ou CPF de uma pessoa.

III. o mesmo que uma assinatura digital.

Está correto o que consta em

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

33. A tecnologia de núcleo duplo é aplicada na

(A) fabricação de um processador com dois núcleos de processamento e o respectivo *chipset*.

(B) fabricação de uma placa-mãe com um processador e dois *chipsets*.

(C) fabricação de uma placa-mãe com um *chipset* e dois processadores.

(D) emulação de dois processadores por meio de um *chipset*.

(E) emulação de dois processadores por meio do sistema operacional.

34. Os ERP – *Enterprise Resource Planning* – são sistemas de informação estruturalmente do tipo

(A) estratégico.

(B) especialista.

(C) gerencial.

(D) transacional.

(E) dimensional.

CONHECIMENTOS GERAIS

35. A partir de 2008, os consumidores brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste terão um aumento nas contas de energia elétrica motivado por uma decisão acordada em reunião da Cúpula dos Países do Mercosul, que aconteceu nos dias 18 e 19 de fevereiro deste ano. Essa majoração, agregada ao valor da fatura, se faz necessária, segundo informações veiculadas pelos meios de comunicação, em 14 de março, porque

(A) o Brasil decidiu isentar o Paraguai do pagamento da correção monetária da dívida da hidrelétrica de Itaipu.

(B) as linhas de transmissão de Itaipu para as regiões brasileiras citadas deverão ser substituídas.

(C) o "fator de ajuste" referente ao saldo devedor de US$ 19 bilhões, calculado em relação à inflação americana, teve variação positiva.

(D) o governo paraguaio resolveu não mais pagar o valor referente ao "fator de ajuste" alegando que o empréstimo foi contraído pelo Brasil.

(E) o governo paraguaio entende que é merecedor do mesmo tratamento que o Brasil deu à Bolívia em relação ao gás e ao petróleo.

36. No dia 20 de agosto do ano passado, os jornais de grande circulação publicavam que o "caçula dos 29 partidos brasileiros, registrado oficialmente no Tribunal Superior Eleitoral em março deste ano, o ..... é uma incógnita política que dá suporte ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo na estratégia de aproximação com os evangélicos. A legenda que abriga o vice-presidente, José Alencar, é controlada por religiosos da Igreja Universal, apesar de seus principais líderes negarem essa ligação" (Malu Delgado).

O nome do partido que completa corretamente a lacuna acima é

(A) Partido Municipalista Renovador Brasileiro.

(B) Partido dos Aposentados da Nação.

(C) Partido Humanista da Solidariedade.

(D) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

(E) Partido Republicano Brasileiro.

37. No dia 06 de março deste ano a Agência Reuters confirmava que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia escolhido as suas lideranças no Congresso, na Câmara e no Senado. Os políticos indicados pelo presidente eram, respectivamente

(A) Roseana Sarney (PMDB-MA), José Múcio (PTB-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR).

(B) Roseana Sarney (PMDB-MA), Antonio Palocci (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR).

(C) Eduardo Suplicy(PT-SP), José Múcio (PTB-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR).

(D) Eduardo Suplicy(PT-SP), José Múcio (PTB-PE) e Aloízio Mercadante (PT-SP).

(E) Aloízio Mercadante(PT-SP), Antonio Palocci (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR).

38. Em eleição realizada no dia 01 de março para a presidência do Senado Federal, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ele derrotou, por 51 votos a 28 o senador

(A) José Sarney (PMDB-AM).

(B) Álvaro Dias (PSDB-PR).

(C) José Agripino (PFL-RN).

(D) Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

(E) Cristovam Buarque (PDT-DF).

39. Segundo a Folha de S. Paulo (14.03.2007), "uma comissão da Assembléia Constituinte da Bolívia propõe redesenhar o escudo oficial do país". A comissão quer substituir as folhas de loureiro e de oliva por folhas de

(A) café.

(B) coca.

(C) trigo.

(D) mate.

(E) stevea.

40. No final de setembro do ano passado, os deputados americanos aprovaram uma verba de US$ 1,2 bilhão para combater o fluxo ilegal de imigrantes mexicanos. Com esse dinheiro

(A) será criada uma força especial de segurança da fronteira.

(B) serão instalados radares ao longo da fronteira entre os dois países.

(C) o governo americano construirá uma estrada ao longo de fronteira para a circulação de carros de combate.

(D) será erguido um muro de 1.226 quilômetros em trechos da fronteira sul dos Estados Unidos.

(E) será construído, ao longo da fronteira, uma fundação de 10 metros de profundidade para impedir a construção de túneis entre os dois países.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. O instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo denomina-se

(A) unidade orçamentária.

(B) operação especial.

(C) atividade.

(D) projeto.

(E) metas.

42. De acordo com o disposto na Lei nº 11.439/06, o empenho, a liquidação da despesa e a inscrição em restos a pagar caracterizam a execução

(A) orçamentária.

(B) contábil.

(C) financeira.

(D) econômica.

(E) física.

43. A lei Complementar 101/2000, que regulamenta normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, no seu artigo 4º § 2º e 3º, estabelece como itens integrantes do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos

(A) de riscos fiscais e dos riscos orçamentários

(B) dos resultados esperados e dos ativos contingenciais.

(C) das projeções atuariais e dos resultados esperados pelas empresas estatais.

(D) dos ativos e passivos contigenciais.

(E) de metas fiscais e de riscos fiscais.

44. As transferências efetuadas para entidades privadas sem fins lucrativos que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional são denominadas como

(A) subvenções sociais.

(B) transferências de capital.

(C) subvenções econômicas.

(D) transferência orçamentária.

(E) subvenções orçamentárias.

45. Os créditos adicionais são classificados em

(A) complementares, orçamentários e ordinários.

(B) ordinários, extraordinários e suplementares.

(C) especiais, ordinários e extraordinários.

(D) suplementares extraordinários e especiais.

(E) extraordinários, especiais e complementares.

46. A Cia Saturno iniciou suas atividades em 2005, apurando nesse período um prejuízo R$ 400.000. No exercício de 2006, a empresa apura um Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R$ 1.600.000, estabelecendo R$ 400.000 como Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social.
Ao final do exercício a empresa calcula as diversas participações, utilizando os percentuais a seguir:

Participação dos Administradores nos Lucros da Sociedade	10%
Participações de Debêntures nos Lucros da Companhia	20%
Participações dos Empregados nos Lucros da Sociedade	15%

Com base nessas informações o valor líquido a ser transportado para a conta Lucros/Prejuízos Acumulados (em R$) é:

(A) 489.600

(B) 760.000

(C) 889.600

(D) 960.000

(E) 1.140.000

47. Com relação às disposições estabelecidas pela Lei 6.404/76, relativas as Demonstrações Financeiras fornecidas a seguir:

I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é de publicação obrigatória pelas sociedades anônimas.

II. As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.

III. As contas semelhantes e os pequenos saldos poderão ser agrupados ou agregados, desde que seja indicada a sua natureza e não ultrapassem um décimo do valor do respectivo grupo de contas; utilizando designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas correntes".

Pode-se afirmar que estas afirmações são respectivamente:

(A) falsa, falsa, verdadeira

(B) verdadeira, verdadeira, falsa

(C) falsa, verdadeira, verdadeira

(D) verdadeira, falsa, falsa

(E) falsa, verdadeira, falsa

48. Com relação a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), pode-se afirmar que sua apresentação é obrigatória para

(A) todas as formas de sociedade desde que o total do seu patrimônio líquido na data do balanço seja superior a um milhão de reais.

(B) as sociedades anônimas de capital fechado com patrimônio líquido na data de balanço com valor superior a um milhão de reais.

(C) todas as sociedades anônimas sejam elas de capital aberto ou fechado.

(D) as sociedades anônimas de capital fechado com patrimônio líquido na data de balanço com valor inferior a um milhão de reais.

(E) todas as sociedades comerciais independentemente do tipo e forma de constituição e do valor do patrimônio líquido.

49. O reconhecimento da despesa de salários ao final do período, ainda que o seu efetivo pagamento ocorra somente no mês seguinte, é um fato

(A) econômico.

(B) compensatório.

(C) permutativo.

(D) modificativo.

(E) financeiro.

50. A operação pela qual duas ou mais entidades se unem para formar uma nova sociedade que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações é denominada de

(A) fusão.

(B) encampação.

(C) incorporação.

(D) cisão.

(E) absorção.

51. A Cia Constelar comercializa peças e componentes para microcomputadores e ainda presta serviços de manutenção aos seus clientes, garantindo a assistência técnica por um ano. Para a efetivação de suas atividades, mantém em seus estoques peças e componentes que sofrem acentuada desvalorização mensal no preço de aquisição, mesmo em uma economia de preços crescentes, em face da mudança constante provocada pelo avanço tecnológico.

Se essa empresa utiliza para avaliar seus estoques o critério ultimo que entra o primeiro que sai (UEPS), com relação à apuração do custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, a tendência dessa empresa é apurar

(A) custos de mercadorias superavaliados.

(B) estoques finais subavaliados.

(C) menor Resultado Bruto Operacional.

(D) estoques finais maiores.

(E) custos de serviços maiores.

52. A Cia. Astral tem como sócio presidente o Sr. Carlos Alberto. A empresa, neste último exercício, vem atravessando sérias dificuldades financeiras em função de dois outros concorrentes terem se instalado na mesma região, disputando mercado que anteriormente era somente seu.

O Sr. Carlos Alberto habitualmente apresenta suas despesas pessoais para serem contabilizadas e pagas pela empresa. Ao fazer isso o Sr. Carlos Alberto está infringindo o Princípio/Norma Contábil

(A) da continuidade.

(B) do conservadorismo.

(C) da entidade.

(D) do custo como base de valor.

(E) da competência.

Atenção: As questões de números 53 e 54 referem-se ao balancete apresentado abaixo.

A Cia.Mundial é uma Empresa Comercial e apresentou os seguintes saldos em sua Contabilidade em 31.12.x1

Caixa	R$ 400,00
Capital Social	R$ 1.130,00
Contas a Pagar	R$ 1.000,00
Contas a Receber	R$ 2.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	R$ 800,00
Depreciação Acumulada	R$ 120,00
Despesas Administrativas	R$ 350,00
Despesas Financeiras	R$ 850,00
Despesas de Vendas	R$ 550,00
Estoques	R$ 1.200,00
Financiamento Curto Prazo	R$ 1.350,00
Financiamento Longo Prazo	R$ 1.000,00
Fornecedores	R$ 1.100,00
Móveis e Utensílios	R$ 1.000,00
Prov. Devedores Duvidosos	R$ 200,00
Terrenos	R$ 1.750,00
Vendas	R$ 3.000,00

53. No Balanço Patrimonial o Valor Total do Ativo é

(A) R$ 4.900,00

(B) R$ 5.000,00

(C) R$ 6.030,00

(D) R$ 8.530,00

(E) R$ 8.650,00

54. O valor do Resultado do Exercício é

(A) prejuízo R$ 2.800,00

(B) prejuízo R$ 1.850,00

(C) lucro R$ 1.400,00

(D) lucro R$ 750,00

(E) lucro R$ 450,00

55. Segundo o plano de contas único da Administração Federal, deve-se encontrar no ativo e no passivo compensado as contas dos Sistemas

(A) Financeiro.

(B) Orçamentário e de Compensação.

(C) Econômico e Extra-orçamentário.

(D) Financeiro e Patrimonial.

(E) Orçamentário e Patrimonial.

56. Conforme a Tabela de Eventos da Administração Pública Federal, integrante do SIAFI, a liquidação de restos a pagar não-processados deve ser codificada na seguinte classe de eventos

(A) 20.0.XXX

(B) 51.0.XXX

(C) 53.0.XXX

(D) 61.0.XXX

(E) 70.0.XXX

57. O reconhecimento da obrigação do Estado por meio de Nota de Empenho deve gerar, no sistema orçamentário das unidades orçamentárias, o lançamento contábil

(A) D- Créditos Iniciais e C- Crédito Disponível.

(B) D- Crédito Disponível e C- Provisão Concedida.

(C) D- Crédito Empenhado a Liquidar e C- Crédito Disponível.

(D) D- Crédito Disponível e C- Despesa Empenhada.

(E) D- Despesa Empenhada e C- Execução da Despesa.

58. O registro de pagamento à fornecedor relativo a Empenho do exercício corrente deve gerar, no sistema financeiro da Unidade Administrativa, o lançamento contábil

(A) D- Fornecedores e C- Bancos conta Movimento.

(B) D- Interferência Passiva Orçamentária e C- Banco Conta Movimento.

(C) D- Despesa Orçamentária e C- Banco Conta Movimento.

(D) D- Despesa Orçamentária e C- Restos a Pagar Não-Processados.

(E) D- Valores Liquidados a Pagar e C- Valores pagos.

59. O registro da saída de material de consumo do almoxarifado, no sistema patrimonial da unidade administrativa, deve gerar o lançamento contábil

(A) D- Estoque de Produtos em Processo e C- Estoque de Materiais Diretos.

(B) D- Bens Móveis em Almoxarifado e C- Mutações Ativas Orçamentárias.

(C) D- Acréscimos Patrimoniais e C- Bens Móveis em Almoxarifado.

(D) D- Acréscimos Patrimoniais e C- Almoxarifado de Materiais de Consumo.

(E) D- Variações Passivas e C- Almoxarifado de Materiais de Consumo.

60. A contagem, inspeção física e conferência dos valores dos bens para atualização dos registros contábeis e administrativos, bem como o levantamento da situação do material em uso, sua necessidade de manutenção e reparo e a responsabilidade pela sua guarda e conservação, constitui o inventário

(A) inicial.

(B) de extinção ou transformação.

(C) de material tombado.

(D) de produtos acabados.

(E) de estoque próprio em poder de terceiros.

61. Uma entidade pública apresenta saldos nas rubricas e valores: Ativo Financeiro $ 13.200; Ativo Permanente $ 33.600; Ativo Compensado $ 8.400; Passivo Financeiro $ 11.400 e Passivo Permanente $ 36.000. Em conseqüência, para encerrar o total passivo de $ 55.800, deve apresentar um Passivo Real a Descoberto, no ativo, no valor de $

(A) 400

(B) 600

(C) 800

(D) 1.000

(E) 1.200

62. No SIAFI, o documento que permite registrar o recolhimento das contribuições para a seguridade social por meio de transferência de recursos intra-SIAFI entre a Unidade Gestora recolhedora e a Conta Única do Tesouro Nacional é a

(A) NE – Nota de Empenho.

(B) NC – Nota de Movimentação de Crédito.

(C) OB – Ordem Bancária.

(D) ND – Nota de Dotação.

(E) GPS Eletrônica.

63. O auditor externo ao ser contratado por uma nova empresa deve

(A) manter os procedimentos contábeis adotados pelo auditor anterior, ainda que não atendam aos princípios fundamentais da contabilidade, porém mantendo a uniformidade de critérios.

(B) certificar-se e considerar fato relevante, a constatação ou apuração de que os procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis são uniformes e atendem aos princípios fundamentais da contabilidade.

(C) criar procedimentos contábeis que garantam a continuidade da empresa demonstrando sua melhor posição financeira.

(D) uniformizar os procedimentos contábeis de tal forma que as demonstrações contábeis apresentem o maior valor de seus ativos e o menor valor de seus passivos, dando assim a melhor visão ao acionista.

(E) alterar os procedimentos que não estejam de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, exigindo que a empresa republique as

64. Com relação as normas pertinentes a Pessoa do Auditor, Execução do Trabalho de auditoria e do Parecer de auditoria, pode-se afirmar que:

I. O auditor externo pode assinar parecer de auditoria de companhias abertas, desde que seja bacharel em Ciências Contábeis ou Administração de Empresas.

II. O objetivo do auditor externo em avaliar os controles internos é, principalmente, para poder determinar a extensão dos trabalhos e os procedimentos a serem aplicados durante a execução da auditoria.

III. A responsabilidade do auditor externo ao emitir o parecer, limita-se as demonstrações contábeis evidenciadas no parecer.

(A) Falsa, Verdadeira, Verdadeira.

(B) Falsa, Verdadeira, Falsa.

(C) Verdadeira, Verdadeira, Falsa.

(D) Falsa, Falsa, Falsa.

(E) Verdadeira, Falsa, Falsa.

65. Considera-se conduta (s) ética (s) do auditor com relação a seu trabalho:

(A) utilizar informações obtidas na realização do trabalho de auditoria para decidir o momento de comprar ações da empresa na bolsa de valores.

(B) divulgar negócios estratégicos da empresa para permitir que os acionistas e demais interessados do mercado saibam como os negócios estão sendo conduzidos.

(C) guardar informações que sejam consideradas pela legislação societária relevantes para o mercado acionário.

(D) aplicar procedimentos contábeis que melhorem os valores dos ativos e reconheça somente as exigibilidades, deixando as incertezas sem registrar.

(E) manter sigilo profissional das informações a que tiver acesso, somente disponibilizando mediante ordem judicial.

66. A empresa Redução S.A. precisando dar férias para João Honesto, do Contas a Pagar, transfere suas atividades para Jacinto da área de Compras de Materiais. Sobre o aspecto de auditoria pode-se afirmar que este procedimento é

(A) inadequado por não atender a segregação de funções.

(B) indiferente por não oferecer risco aos processos da empresa.

(C) adequado por otimizar o quadro de funcionários da empresa.

(D) insuficiente para manter as compras da empresa em dia.

(E) suficiente para manter as atividades sem risco de operação.

67. O auditor externo ao realizar os procedimentos de auditoria na conta adiantamentos a fornecedores, identifica R$ 100.000,00 registrados, referentes a importação de Máquina a ser utilizada no processo produtivo. Assim pode o auditor concluir que a conta de

(A) Investimento está superavaliada.

(B) Adiantamento a Fornecedores está sub-avaliado.

(C) Imobilizado está superavaliada.

(D) Despesa de depreciação está sub-avaliada.

(E) Depreciação acumulada está superavaliada.

68. O auditor da empresa Omega S.A. não teve condições de fundamentar sua opinião. Durante os trabalhos ele constata que foi desviado, por um dos diretores, 10% dos ativos da empresa, o que era relevante para a entidade. Desta forma deve o auditor

(A) emitir parecer adverso, realizando os Ativos.

(B) desistir dos trabalhos, recusando os honorários e devolvendo-os se já houver recebido.

(C) ressalvar o parecer, condicionando a devolução dos desvios para manutenção do negócio.

(D) mencionar no parecer, com abstenção de opinião, os desvios encontrados.

(E) omitir o fato, visto não ser papel do auditor localizar fraudes ou desvios.

69. O auditor ao analisar a área de Produção da empresa constata que uma linha de montagem de produtos está desativada. Ao indagar o engenheiro responsável pela área é informado que a linha já não é utilizada deste o início do ano. Ao realizar os testes no Ativo Imobilizado percebe que todos os bens estão sofrendo processo de depreciação. Considerando que parte da produção ainda encontra-se retida nos estoques de produtos acabados, o auditor pode afirmar que o valor

(A) do Ativo Permanente da Empresa está superior ao devido.

(B) da Despesa de Depreciação está menor do que deveria ser.

(C) do Custo das Mercadorias Vendidas está menor do que o devido.

(D) do Ativo Imobilizado Líquido da Empresa está Correto.

(E) dos Estoques de Produtos Acabados está superior ao devido.

70. Deve o auditor, no Processo de amostragem,

(A) utilizar somente métodos estatísticos.
(B) efetuar seleção sistemática.
(C) proibir o uso de seleção casual.
(D) eliminar o risco de amostragem.
(E) desconsiderar o erro tolerável.

71. Numa pesquisa realizada com 300 famílias, levantaram-se as seguintes informações:

Número de filhos	0	1	2	3	4	5	6
Proporção de famílias	0,17	0,20	0,24	0,15	0,10	0,10	0,04

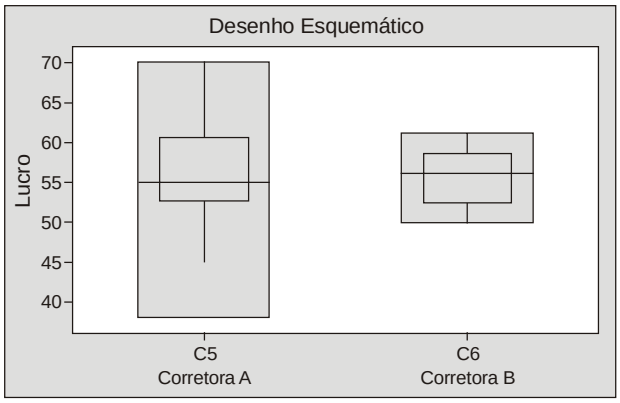
Com base nestas informações a média e a mediana do número de filhos são dadas, respectivamente, por

(A) 2,27 e 3
(B) 3 e 2
(C) 2,27 e 2
(D) 2,5 e 3,5
(E) 2,5 e 3

72. Se a média e a variância da variável aleatória X são 12 e 80 respectivamente, então a média e a variância da variável aleatória $Y = X/4 + 1$ são dadas respectivamente por

(A) 4 e 20
(B) 4 e 5
(C) 3 e 20
(D) 4 e 21
(E) 3 e 5

73. Para se estudar o desempenho das corretoras de ações A e B, selecionou-se de cada uma delas amostras aleatórias das ações negociadas. Para cada ação selecionada computou-se a porcentagem de lucro apresentada durante o período de um ano. Os gráficos a seguir apresentam os desenhos esquemáticos relativos à porcentagem de lucro das amostras de A e B durante o período citado.



Relativamente à porcentagem de lucro obtida por essas corretoras pode-se afirmar que

(A) exatamente 25% dos valores de A são inferiores a 55.
(B) menos de 50% dos valores de B são superiores a 55.
(C) o maior valor de A é 60.
(D) os valores de A apresentam maior variabilidade que os de B.
(E) os valores de B apresentam assimetria positiva.

74. Uma rede local de computadores é composta por um servidor e 2 (dois) clientes (Z e Y). Registros anteriores indicam que dos pedidos de certo tipo de processamento, cerca de 30% vêm de Z e 70% de Y. Se o pedido não for feito de forma adequada, o processamento apresentará erro. Sabendo-se que 2% dos pedidos feitos por Z e 1% dos feitos por Y apresentam erro, a probabilidade do sistema apresentar erro é

(A) 5%
(B) 4,1%
(C) 3,5%
(D) 3%
(E) 1,3%

75. Uma pesquisa eleitoral foi realizada com uma amostra de 500 eleitores com o objetivo de estudar a influência da idade na preferência por dois candidatos presidenciais. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Preferência Idade (anos)	**Candidato Alfa**	**Candidato Beta**	**Indecisos**	**Total**
20 ⊢ 30	68	117	15	200
30 ⊢ 50	102	70	27	200
50 ⊢ 80	80	3	17	100
Total	250	190	60	500

Duas pessoas serão selecionadas ao acaso e com reposição dentre os 500 eleitores.

A probabilidade de exatamente uma pertencer à faixa etária 50 ⊢ 80 e preferir o candidato Alfa é

(A) $\frac{168}{625}$

(B) $\frac{84}{625}$

(C) $\frac{64}{625}$

(D) $\frac{42}{625}$

(E) $\frac{21}{625}$

76. Um capital foi aplicado a juros simples, a uma taxa de 24% ao ano, durante 20 meses. Um outro capital, de valor igual ao dobro do anterior, foi aplicado a juros compostos, a uma taxa de 10% ao ano, durante dois anos. Se a soma dos juros auferidos pelas duas aplicações foi igual a R$ 16.400,00, então a soma dos respectivos montantes foi igual a

(A) R$ 64.800,00
(B) R$ 66.400,00
(C) R$ 72.600,00
(D) R$ 76.400,00
(E) R$ 84.000,00

77. Um título é descontado 2 meses antes de seu vencimento, a uma taxa de 4% ao mês, segundo uma operação de desconto comercial simples. Um outro título de valor nominal igual a R$ 24.000,00 é descontado 4 meses antes de seu vencimento, a uma taxa de 5% ao mês, com a utilização de uma operação de desconto racional simples. Se o valor do desconto apurado no primeiro caso é exatamente igual à metade do valor do desconto apurado no segundo, então o valor nominal do primeiro título é

(A) R$ 20.000,00

(B) R$ 22.000,00

(C) R$ 22.500,00

(D) R$ 24.000,00

(E) R$ 25.000,00

78. Uma dívida no valor de R$ 46.200,00, na data de hoje, deverá ser quitada por meio de duas prestações de valores iguais, vencível a primeira daqui a um ano e a segunda daqui a dois anos. Considerando o critério do desconto financeiro composto a uma taxa de juros de 20% ao ano, tem-se que o valor de cada prestação é igual a

(A) R$ 30.240,00

(B) R$ 27.720,00

(C) R$ 25.200,00

(D) R$ 24.960,00

(E) R$ 24.720,00

Instrução: Na resolução da questão nº 79 utilize a tabela abaixo, que fornece os fatores de valor presente (FVP) de séries uniformes, a uma taxa de 2% ao mês, sendo FVP dado por $\frac{(1{,}02)^n - 1}{(1{,}02)^n . 0{,}02}$.

Numero de prestações (n)	FVP
1	0,9804
2	1,9416
3	2,8839
4	3,8077
5	4,7135
6	5,6014
7	6,4720
8	7,3255
9	8,1622
10	8,9826
11	9,7868
12	10,5753

79. Um automóvel poderá ser adquirido à vista pelo valor de R$ 25.000,00. O comprador poderá também adquirir o automóvel dando uma entrada no ato da compra e o restante em 10 prestações mensais e consecutivas, no valor de R$ 2.000,00 cada uma, vencendo a primeira um mês após a data da compra. Utilizando o critério do desconto financeiro composto a uma taxa de 2% ao mês, tem-se que o valor da entrada referente à segunda opção que torna iguais os valores presentes das duas opções, na data da aquisição, é

(A) R$ 8.675,60

(B) R$ 7.855,20

(C) R$ 7.034,80

(D) R$ 5.526,20

(E) R$ 3.234,80

80. Uma empresa apurou durante um ano a receita líquida de R$ 100.000,00. Considerando que esta receita foi uniformemente distribuída ao longo deste ano, calculou-se o valor presente P correspondente no início do ano, utilizando uma taxa instantânea de juros de 16% ao ano e adotando nos cálculos que 16% = - ln (0,85), sendo ln a representação do logarítmo neperiano. O valor encontrado para P foi de

(A) R$ 92.770,00

(B) R$ 93.750,00

(C) R$ 94.000,00

(D) R$ 94.275,00

(E) R$ 96.117,00

81. O Distrito Federal tem competência para instituir, dentre outros, impostos sobre

(A) transmissão "*causa mortis*" e doação de quaisquer bens ou direitos, propriedade de veículos automotores, operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, propriedade predial e territorial urbana e serviços de qualquer natureza.

(B) operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos ou valores mobiliários, propriedade predial e territorial urbana, serviços de qualquer natureza, operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, propriedade predial e territorial urbana e propriedade de veículos automotores.

(C) operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, propriedade territorial urbana, produtos industrializados, serviços de qualquer natureza e propriedade predial e territorial urbana.

(D) transmissão "*causa mortis*" e doação de quaisquer bens ou direitos, propriedade de veículos automotores, serviços de qualquer natureza, operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos ou valores mobiliários e propriedade predial e territorial urbana.

(E) operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, propriedade predial e territorial urbana, serviços de qualquer natureza, operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos ou valores mobiliários e propriedade predial e territorial urbana.

82. A obrigação tributária

(A) principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas.

(B) acessória surge com a ocorrência do fato gerador.

(C) acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

(D) acessória tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.

(E) principal, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente a penalidade pecuniária.

83. Analise as frases abaixo:

I. Sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.

II. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

III. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

Está correto APENAS o que se afirma em:

(A) I

(B) II

(C) I e II

(D) II e III

(E) I e III

84. A Constituição Federal dispõe que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros". Essa imunidade denominada

(A) subjetiva é extensiva às fundações públicas, às autarquias e às sociedades de economia mista.

(B) objetiva é extensiva às autarquias, às sociedades de economia mista e às empresas públicas.

(C) objetiva não é extensiva às autarquias e às fundações públicas.

(D) subjetiva não é extensiva às autarquias e às fundações governamentais.

(E) recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

85. Quando a Constituição Federal dispõe que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado" está consagrando o princípio da

(A) uniformidade.

(B) anterioridade.

(C) isonomia.

(D) irretroatividade.

(E) legalidade.